



Reunião do Conselho Fiscal

ATA nº 14/2022 – Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

No dia 26 de outubro de 2022, às 14h37, na sede administrativa do ITUPREV, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Itu, Estado de São Paulo, ocorreu a reunião ordinária do mês de outubro. Participaram presencialmente os conselheiros Antônio Sérgio Soares, Clóvis Arruda e Luciana de Cássia Willar, Paulo Bicudo e Simone de Almeida. Presentes ainda, os convidados: Ruy Jacques Ceconello (Superintendente), Renato Tamarozzi (Diretor Administrativo/Diretor Financeiro em exercício), Nelson Neto (Gestor de Benefícios), Larissa Caldas (Procuradora) e Jocimara de Jesus Servino Almeida (Chefe de Gabinete). **ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES: 01) HOMOLOGAÇÃO DA ATA Nº 13 de 04/10/2022.** Após a leitura da ata, foi homologada sem ressalvas. **02) ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Após a leitura Atas nº 19 de 09/09/2022 e nº 20 de 26/09/2022, deliberou-se pela homologação, sem ressalvas. **03) HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS:** O Gestor de Benefícios apresentou ao Conselho os seguintes Processos: **A)** PA 0279/2022 de Aposentadoria por Idade de **Vilma Aparecida Pereira**, com proventos de R\$ 1.212,00, Benefício nº 02.0279.2022.0074, Portaria nº 0092/2022; **B)** PA 0297/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Paulo Martins dos Santos Filho**, com proventos no valor de R\$ 4.024,15, Benefício nº 01.0297.2022.0075, Portaria nº 0093/2022; **C)** PA 0185/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Luciana Nardy Leme do Prado**, com proventos no valor de R\$ 6.098,23, Benefício nº 01.0185.2022.0076, Portaria nº 0094/2022; **D)** PA 0190/2021 de Aposentadoria por Idade de **Maria Aparecida Rizzi Bertaco**, com proventos no valor de R\$ 1.971,95, Benefício nº 02.0190.2022.0077, Portaria nº 0095/2022; **E)** PA 0212/2022 de Aposentadoria por Idade de **Maria Helena Andreazza**, com proventos no valor de R\$ 1.386,51, Benefício nº 02.0212.2022.0078, Portaria nº 0096/2022; **F)** PA 0244/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Rosemary de Fatima Rodrigues Pires**, com proventos no valor de R\$ 4.473,83, Benefício nº 01.0244.2022.0079, Portaria nº 0097/2022; **G)** PA 0265/2022 de Aposentadoria por TC e Idade **Edson Luiz Pereira**, com proventos no valor de R\$ 1.603,08, Benefício nº 01.0265.2022.0080, Portaria nº 0098/2022; **H)** PA 0237/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Maria Cristina Bricchi**, com proventos no valor de R\$ 2.446,41, Benefício nº 01.0237.2022.0081, Portaria nº 0099/2022; **I)** PA 0154/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Silmara Rosa da Cruz**, com proventos no valor de R\$ 5.530,83, Benefício nº 01.0154.2022.0082, Portaria nº 0100/2022; **J)** PA 0284/2021 de Aposentadoria por TC e Idade de **Lourival de Oliveira Silva**, com proventos no valor de R\$ 4.613,82, Benefício nº 01.0284.2022.0083, Portaria nº 0101/2022; **K)** PA 0295/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Roberto Rossi Massela**, com proventos no valor de R\$ 3.431,17, Benefício nº 01.0295.2022.0084, Portaria nº 0102/2022; **L)** PA 0282/2022 de Aposentadoria por TC e Idade de **Miriam de Barros Leal**, com proventos no valor de R\$ 6.178,35, Benefício nº 01.0282.2022.0085, Portaria nº 0103/2022; **M)** PA 0533/2021 de Aposentadoria por TC e Idade de **Benedita Elisimara Gazzola Zanardo**, com proventos no valor de R\$ 4.824,82, Benefício nº 01.0533.2022.0086, Portaria nº 0104/2022; **N)** PA 0231/2022 de Aposentadoria por Idade de **Maria Isabel Rodrigues Gomes**, com proventos no valor de R\$ 1.285,17, Benefício nº 02.0231.2022.0087, Portaria nº 0105/2022; Os processos, após analisados, foram homologados, sem ressalvas. Em seguida, o Gestor de Benefícios questionado pelos Conselheiros, passou algumas informações sobre o pedágio e o Projeto de Lei Complementar Nº 4/2022 do Executivo, votado e aprovado na Sessão da Câmara de Vereadores do dia 25/10/2022. Além disto, também comentou que no ano de 2022 já foram analisadas e liberadas 105 aposentadorias, o maior número de aposentadorias até então liberadas em um ano. **04) HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATOS:** O Diretor Administrativo apresentou ao Conselho os Contratos celebrados no mês de julho: **A)** Processo de Compras Nº 0286/2022 – Termo de Contrato 0006/2022, com a empresa **MAIS VALIA CONSULTORIA LTDA EPP**, referente à prestação de serviços de estudo de ALM (Asset Liability Management) de forma continuada, para a determinação de uma carteira ótima de investimentos e visando a proteção do passivo do Ituprev e prestação de consultoria financeira e cursos de capacitação, com vigência de 01/08/2022 a 31/03/2023 e valor de R\$ 9.850,00; **B)** Processo de Compras Nº 0380/2022 – Termo de Contrato 0007/2022 com a **MEGASEG GESTAO EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA**, referente à contratação de serviço de medicina e segurança do trabalho para elaboração de documentos previstos nas normas legais, na avaliação de servidores do ITUPREV admitidos, exonerados e em auxílio-doença para afastamento e retorno ao trabalho complementação de estudo atuarial para o município de Itu a vigorar no ano 2022, com vigência de 01/08/2022 a 31/03/2023 e valor de R\$ 3.665,50; **C)** Processo de Compra 0643/2020 – 2º Termo Aditivo ao Contrato 0017/2020, com a empresa **CONSIGLOG TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA**,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

referente ao gerenciamento de consignados. 2º Termo Aditivo, com vigência de 01/09/2022 a 31/08/2023 valor global isento. Os Processos e Contratos foram homologados, sem ressalvas. **05) ATUALIZAÇÕES JURÍDICAS:** A Procuradora do Instituto apresentou aos membros do Conselho o acompanhamento dos Processos judiciais que demonstram que, do total dos processos julgados em definitivo, 77% obtiveram sentenças favoráveis ao ITUPREV e 23% sentenças desfavoráveis. Dos processos que ainda estão em andamento, 10% tiveram decisão favorável na 1ª instância, 17% com decisões desfavoráveis na 1ª instância e 73% ainda sem julgamento. Apresentou, ainda, as últimas movimentações nas ações judiciais: **A)** Processo Judicial nº: 1008272-15-2022.8.26.0286, referente ao pedido de reconhecimento do direito ao afastamento de seu posto de trabalho para tratamento de saúde, no período de 21/06/2022 a 17/12/2022, Processo Judicial nº 1008183-89.2022.8.26.0286, referente ao pedido de reconhecimento do direito ao afastamento de seu posto de trabalho para tratamento de saúde, no período de 03/05/2022 a 01/08/2022 e Processo Judicial nº 1008135-33.2022.8.26.0286, referente ao pedido de anulação do ato administrativo que cessou a readaptação da autora, mantendo-a na função readaptada, todos os processos anteriores de **Ana Paula Lopes Bonato.**, **B)** Processo Judicial nº: 1007840-93.2022.8.26.0286 de **Paulo Roberto da Rocha Rodrigues**, referente ao pedido de Aposentadoria especial, em razão de exercer atividade (médico) exposta a agentes nocivos à saúde Situação: Ação nova. Prazo de 30 dias úteis para apresentação de defesa do ITUPREV; **C)** Processo Judicial nº: 1008474-26.2021.8.26.0286. de **Rosana Madeira**, referente ao pedido de Aposentadoria por tempo de contribuição ou idade, ou, subsidiariamente, emissão da CTC para o INSS, bem como seja o requerido condenado a danos morais e materiais. Situação: A 2ª Instância condenou o ITUPREV e a Prefeitura, além da indenização equivalente ao abono, a pagar danos morais no valor de R\$ 15 mil. Atos Homologados sem ressalvas. **06) PRESTAÇÃO DE CONTAS: Parte I) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** O Diretor Financeiro em exercício, Sr. Renato, apresentou os resultados do mês de setembro referentes às receitas realizadas, que totalizaram R\$ 7.924.421,64 e às despesas pagas, que totalizaram R\$ 8.781.046,96. Apresentou gráficos comparativos entre os meses de agosto e setembro, sendo que as despesas de manutenção do Instituto em agosto totalizaram R\$ 120.702,44 e em setembro R\$ 178.089,28, o pagamento dos benefícios em agosto totalizaram R\$ 2.172.120,67 e em setembro 2.196.490,50 e as despesas com os vencimentos dos servidores do Ituprev em agosto totalizaram R\$ 97.914,65 e em setembro R\$ 119.659,56. Apresentou Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstrativo das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária, bem como o Relatório Mensal de Análise, Rentabilidade e Risco dos Investimentos, com enquadramento na Resolução 4.963/2021. **Parte II) RESULTADOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS** Apresentou também a evolução do Patrimônio do Instituto, informando que em setembro totalizou R\$ 648.305.538,18, sendo R\$ 579.363.639,18 em Investimentos e R\$ 68.941.899,00 em Imóveis. Em relação aos fundos de Investimentos apresentou o resultado acumulado de 1,50% frente a meta anual de 8,55%. Ressaltou que os fundos do exterior apresentaram resultados negativos de – 8,04%, os de Renda Variável – 1,09% e Renda Fixa +0,46%, por isto, no geral, o percentual do mês ficou baixo. Ressaltou que o cenário mundial, com a elevada taxa de juros Americana, Europeia, a Guerra na Ucrânia e o período eleitoral no Brasil, tem influenciado o mercado e consequentemente atingido o resultado dos investimentos. Ao ser questionado pelo conselheiro Paulo, se não era o momento de sair destes fundos do exterior, informou que se trata de fundos que não permitem resgate antecipado. Com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 30/09/2022. **07) ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ SETEMBRO/2022:** A respeito da evolução da execução orçamentária, foi demonstrado pelo Diretor Financeiro em Exercício, que o ingresso de Receitas Correntes até o setembro de 2022 foi de R\$ 93.009.828,50, enquanto o previsto para o ano era de R\$ 85.985.812,60 e o total das Despesas Orçamentárias acumuladas foi de R\$ 21.313.769,25, quando previsto para o período era de R\$ 21.172.236,00, ficando demonstrado um resultado superavitário, por parte das receitas, que superaram as estimativas. Por parte das despesas, o resultado ficou acima do proporcionalmente previsto. A relação entre Receitas e Despesas no ano de 2022 contabilizou uma Superávit orçamentário da ordem de R\$ 71.696.194,85. A análise de execução orçamentária foi homologada, sem ressalvas. **8) SENTENÇAS DO TRIBUNAL DE CONTAS:** O Diretor Financeiro apresentou a sentenças emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao ano de 2021, informando que as concessões de aposentadorias e pensões foram consideradas regulares, bem como a contratação da Servidora Gabriela Brasília da Silva, foi atestada como regular. Quanto à conclusão do Relatório do Tribunal de Contas, foram feitos os seguintes apontamentos, que deverão ser justificados até o dia 08/11/2022: **DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO:** Peças de planejamento elaboradas de modo meramente formal, sem observância a requisitos legais; **PESSOAL:**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Cargo em comissão desprovido das características da espécie (reincidência); **DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES:** Presença de protocolado que denota irregularidade; **ATUÁRIO:** Elevação do *déficit* atuarial; não atingimento da meta de rentabilidade dos investimentos; **RESULTADO DOS INVESTIMENTOS:** Não atingimento da meta estabelecida para o exercício; **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS:** Manutenção de recursos em fundos vedados; disponibilidades em fundos que não atendem à legislação; **ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:** Desatendimento às Instruções e Recomendações da Corte. **9) ASSUNTOS GERAIS: 1) FIDC PREMIUM – A** Chefe de Gabinete, Jocimara, apresentou algumas informações sobre a situação do FIDC PREMIUM, que consta nos relatórios do Tribunal de Contas, com a exigência de abertura de sindicância, desde 2018. Informou que participou, como preposta do Superintendente, das Assembleias dos dias 07 e 18/10/2022, ocorrida em São Paulo, nas dependências da FINAXIS, Administradora do Fundo. Na primeira não houve quórum para votação e na segunda Assembleia os itens: Alteração do gestor, alteração da taxa de administração e demonstrações financeiras não foram aprovados, sendo aprovado apenas o item que tratava sobre a possibilidade de realização de consultas e assembleias de forma online. Apresentou ainda a situação atual do Fundo, informando que o Escritório de Advogados QLA (desde dez/2021) apresentou aos cotistas as informações sobre as 175 ações judiciais que estão em andamento e a situação de cada uma. Ressaltou que durante a Assembleia a advogada Maria, do escritório Matos e Filho Advogados, explicou que o fundo já está em liquidação há vários anos, mas que devido aos problemas com o Banco Rural, o fundo não é passível de liquidação. A única alternativa seria vender a carteira, mas não existem compradores, principalmente pelos problemas existentes com o Banco Rural que emitiu indevidamente termos de quitação aos seus devedores, quando foi liquidado. A Administradora do Fundo entrou com processo judicial de Exigir Contas em 20/07/2018 contra o Banco Rural, processo em andamento, sem decisão final. A área de risco de mercado da Administradora, em linhas gerais, explicou sobre a metodologia DCF (Discounted cash flow) utilizada para precificação dos ativos, que gera os resultados negativos no Fundo, ao menos uma vez ao ano, como a última ocorrida em maio/2022. O Ituprev protocolou junto à FINAXIS, um ofício com o voto e justificativas para cada item da pauta da Assembleia, sendo que as decisões sobre o voto contaram com o parecer da Mais Valia. Após a votação, o resultado da votação foi igual ao voto do Instituto e consta registrado na Ata da Assembleia. **2) 10º CONGRESSO DA ABIPEM PARA CONSELHEIROS:** O Superintendente perguntou aos Conselheiros quem iria participar do Congresso, a se realizar no período de 30/11 a 02/12 em Brasília. A Presidente do Conselho, Luciana, informou que gostaria muito, mas não foi liberada pela Secretaria da Educação para participar do Congresso. O Conselheiro Paulo, informou que iria solicitar permissão aos seus superiores para participar e que confirmaria até 03/11/2022. Devido a possibilidade de algum membro resolver participar do Congresso e como a próxima reunião do Conselho Fiscal ocorreria no dia 29/11, houve o consenso para alterar a reunião para o dia 25/11/2022, às 14:30h. **3) DESLIGAMENTO DE MEMBRO DO CI:** O Superintendente comunicou que a Sra. Paula Marangoni enviou um e-mail pediu para se desligar do Comitê de Investimento. Antes do encerramento da reunião, o Conselheiro Sergio questionou sobre as implicações da Reforma Administrativa para o Ituprev, o que o Superintendente informou que foi enviado o OF 296/2022, questionando sobre o assunto e que em resposta recebeu o OF SMJ 126/2022 da Prefeitura, assinado pela Dra. Maria Teresa Leis Di Ciero Oliviero, Secretária Municipal da Justiça, informando que houve aumento da base salarial e não reajuste propriamente dito, portanto, não há que se falar em paridade, devendo apenas ser aplicado o reajuste aos servidores da CIS e Ituprev. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso dela, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros presentes nesta reunião, conforme previsto no Art.14 da Resolução 002/2021 do ITUPREV. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às 16h40.

Assinatura:

Luciana de Cassia Willar
Presidente